



**Márcia Helena Carvalho Lopes**  
Ministra de Estado das Mulheres, Brasil  
Seminário Internacional 25 anos da Carta da Terra  
7 e 8 de novembro 2025, Ananindeua, Pará, Brasil

Senhoras e senhores, lideranças comunitárias, cientistas, autoridades, jovens, representantes dos povos tradicionais, queridas companheiras e companheiros de caminhada,

É uma grande honra estar aqui hoje, neste encontro internacional que celebra os 25 anos da Carta da Terra — um documento que não é apenas uma referência ética, mas uma bússola política e civilizatória para o século XXI.

A Carta da Terra nos convoca, desde o ano 2000, a reconhecer que somos uma só família humana, parte de uma comunidade de vida interdependente. Hoje, ao olharmos para este legado com a urgência que o mundo nos exige, precisamos reafirmar que não existe sustentabilidade, não existe justiça climática, não existe futuro comum sem equidade de gênero.

A Carta da Terra foi visionária. Quando muitos ainda insistiam em separar meio ambiente, economia e direitos humanos, ela afirmou com clareza: justiça social, integridade ecológica, democracia, paz e igualdade de gênero são dimensões inseparáveis.

E aqui eu quero destacar: igualdade e equidade de gênero, justiça social e democracia aparecem na Carta da Terra não como um detalhe, mas como um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável.

A Igualdade de gênero está dita explicitamente no Princípio 11, dentro da Justiça Social e Econômica, talvez um dos mais avançados documentos internacionais do seu tempo:

*“Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável; assegurar os direitos humanos das mulheres e meninas; acabar com toda violência contra elas; e promover a participação ativa das mulheres como parceiras plenas e paritárias, líderes e tomadas de decisão.”*

Há 25 anos essa visão já estava formulada. Hoje, ela é inadiável.

A crise climática tem gênero. E a Carta da Terra reconhece essa ligação quando nos chama a erradicar a pobreza, a combater discriminações, a garantir condições dignas de vida,

saúde reprodutiva, participação política e acesso a recursos — dimensões que estruturam a autonomia das mulheres.

Mulheres indígenas, quilombolas, marisqueiras, ribeirinhas, extrativistas, agricultoras, mulheres das periferias urbanas e das comunidades tradicionais são guardiãs de territórios, de sementes, de águas e de saberes. São elas que, há séculos, praticam o cuidado como forma de sustentabilidade.

E, paradoxalmente, são justamente essas mulheres as mais impactadas: pelos eventos climáticos extremos, pela insegurança alimentar, pela escassez de água, pelas violências intensificadas em contextos de crise, e pelas desigualdades estruturais que limitam sua capacidade de adaptação.

A Carta da Terra nos lembra que proteger a vida exige integridade ecológica, mas exige também justiça social. Não há combate à mudança do clima se mulheres continuarem desprotegidas, invisibilizadas ou afastadas dos espaços de decisão.

Quando a Carta afirma que devemos eliminar toda forma de discriminação — inclusive a baseada em sexo e gênero — ela está afirmando que: as desigualdades não são naturais, as violências não são inevitáveis, e a exclusão das mulheres não é um efeito colateral: é uma injustiça que nos afasta da sustentabilidade.

Seguindo essa diretriz, a Carta da Terra convoca governos, empresas, sociedade civil e instituições internacionais a garantir: o fim da violência contra mulheres e meninas, o acesso à educação, à saúde, à saúde reprodutiva e às oportunidades econômicas, a participação plena e igualitária das mulheres na vida econômica, política, social, cultural e comunitária, e a construção de democracias mais transparentes, participativas e inclusivas.

Isso significa que a igualdade de gênero não é apenas um direito: é condição para sociedades ágeis, resilientes e capazes de enfrentar a emergência climática.

A Carta da Terra coloca a participação democrática como um de seus pilares. E democracia verdadeira é democracia com mulheres ocupando os espaços onde as decisões são tomadas: nos governos, nas universidades, nos conselhos, nas comunidades, nas instituições internacionais, na ciência, e em cada território onde a vida é defendida.

Quando mulheres são líderes, a ciência mostra que as políticas ambientais são mais ambiciosas, mais preventivas e mais comprometidas com a proteção do comum.

E a Carta da Terra já sabia disso quando chamou atenção para a importância da participação significativa de todos e todas na tomada de decisões.

Também somos orientados a erradicar a pobreza, garantir uma distribuição mais equitativa da riqueza, fortalecer educação e saúde, assegurar direitos humanos para todos e todas, e combater desigualdades estruturais.

Esses princípios são a base de uma agenda de autonomia econômica das mulheres — princípio que, hoje, é reconhecido como política climática.

Não há transição ecológica justa se as mulheres continuarem recebendo menos, acumulando trabalho não remunerado e sendo as mais afetadas por desigualdades sociais e ambientais.

Aqui, hoje, o Brasil está assumindo, diante do mundo, que não há sustentabilidade possível sem combater desigualdades de gênero, sem ouvir as mulheres da floresta, do campo e da cidade, e sem construir políticas que tenham cuidado, equidade e participação como princípios estruturantes.

Se a Carta da Terra nos oferece um caminho, cabe a nós — governos, organizações, movimentos e comunidades — transformarmos esse caminho em ação: ação feminista, democrática, inclusiva e profundamente comprometida com a vida.

Quero encerrar lembrando uma frase do documento que celebramos hoje:

*“Que nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência pela vida, pelo compromisso firme com a sustentabilidade, pela intensificação da luta pela justiça e pela paz.”*

Que nosso tempo também seja lembrado pelo reconhecimento do papel das mulheres como guardiãs da vida, como defensoras da Terra, como líderes da transição ecológica, e como protagonistas da construção de futuros sustentáveis.

Que a justiça climática seja construída por todos, valorizando as mulheres.

Que a sustentabilidade seja democrática. E que a Carta da Terra continue a nos inspirar — não apenas como um documento, mas como um compromisso radical com a vida, com a igualdade e com o futuro das próximas gerações.

**Márcia Helena Carvalho Lopes**, Ministra de Estado das Mulheres, Brasil. Foi ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2010, e também coordenou o Grupo de Trabalho “Fome Zero” com 13 ministérios por cinco anos.